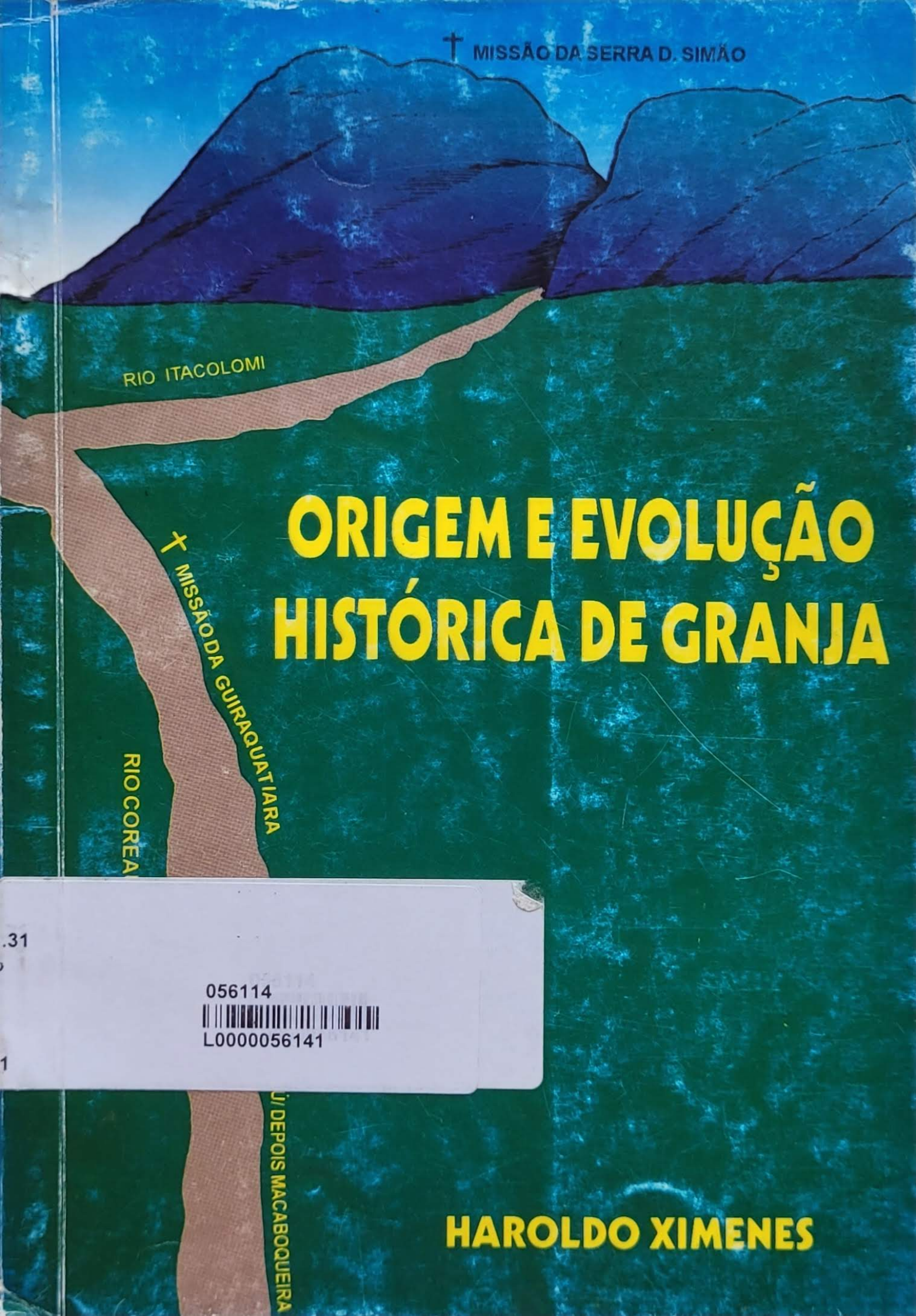


ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE GRANJA

.31
056114
L0000056141
1

HAROLDO XIMENES

JOSÉ HAROLDO SILVA XIMENES

Nasceu em Fortaleza no dia 20 de setembro de 1941. Foi funcionário do Banco do Brasil, onde exerceu o cargo de gerente da carteira de exportação do setor de câmbio, na Agência Centro Fortaleza. Credenciado pela Universidade de Michigan, Estados Unidos, da qual recebeu um certificado de proficiência em inglês, foi professor e tradutor dessa língua por vários anos em Quixadá e em Fortaleza. Atualmente aposentado dessas atividades, dedica-se ao estudo da história do Ceará.

HAROLDO XIMENES

ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE GRANJA

Fortaleza - Ceará
1996

À imorredoura memória de meus amados Pais FRANCISCO ANGELIM XIMENES e ZILDA SILVA XIMENES.

Aos meus filhos HAROLDO JÚNIOR, ANA e RACHEL e a minha estimada mulher MARIA

AGRADECIMENTO
Externamos nossa sincera gratidão ao Prefeito atual de Granja, Exmo. Sr. ELIÉZER OLIVEIRA DE ARRUDA COELHO FILHO, sem cujo apoio não teria sido possível a publicação deste livro.

Biblioteca Pública G ...ntel
Setor do Ceará

Copyright JOSÉ HAROLDO SILVA XIMENES

Capa: Idéia do Autor/ Desenho de Márcio de Sousa

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Impressão: IGRANOL - Ind. Gráfica do Nordeste Ltda.

SUMÁRIO

Introdução.....

Apresentação.....

CAPÍTULO I
- Os Primitivo's Habitantes
- As Missões Jesuíticas. Missão da Guiraquatiara e Missão da Tabainha (Serra de D. Simão)
- A Fazenda Tiaia
- Pacificação e Catequização dos Acoanças.

CAPÍTULO II
- Incursões no Rio Camocim ou Coreaú. O Antigo Porto do Camocim
- Início da Colonização
- Origem da Aldeia de Santa Cruz do Coreaú e Camocim
- Chegada de Alexandre Pereira de Sousa e Seus Companheiros. Mudança do Nome para Macaboqueira. Criação da Vila de Granja, Depois Elevada a Cidade.
- Resumo Biográfico dos Primeiros Povoadores Brancos

CAPÍTULO III
- A Formação Eclesiástica
- A Formação Judiciária
- Pessoa Anta e a República do Equador
- A Formação Política e sua Evolução
- A Adminstração Municipal.

CAPÍTULO IV
- A Seca de 1877/1879 e a Comissão de Socorros
- O Ramal Ferroviário Camocim-Sobral e a Ponte Metálica Sobre o Rio Coreaú
- Visitantes Ilustres
- Análise Etimológica dos Topônimos Camocim e Coreaú.

Referências bibliográficas.....

INTRODUÇÃO

A nossa principal intenção ao iniciar este trabalho sobre a história da Granja era preencher uma lacuna notada em estudos anteriores, que é a elucidação da verdadeira origem dessa cidade, tema até aqui bastante obscuro.

Todavia, não temos a pretensão de achar que esta obra é completa, mesmo quanto ao assunto acima referido, mas estamos certos de que ela contém a verdadeira sequência e versão dos acontecimentos que levaram à formação do primitivo arraial que deu origem à atual cidade de Granja, sendo esta exposição de fatos baseada em documentos da época.

Outro claro alusivo à história granjense que procuramos preencher neste estudo relaciona-se à vida política dessa cidade no século XIX e princípios desta centúria. Relatamos, embora de maneira resumida, a participação do granjense Pessoa Anta na República do Equador e a evolução política verificada nas gerações que sucederam esse revolucionário, quando Granja foi palco de agitadas disputas políticas pela dominação do poder local. Outrossim, mostramos as principais figuras granjenses que se projetaram no cenário político estadual e nacional, desde o século passado até nossos dias.

Ademais, há outro assunto inusitado sobre o qual fizemos uma introdução básica, que é o sistema governativo empregado nas vilas e cidades nos períodos Colonial e Monárquico, bem como as mudanças provocadas no quadro político-partidário da Nação, e consequentemente dos municípios, pela Proclamação da República a 15 de novembro de 1889.

Finalmente, como fruto de exaustivas pesquisas por nós realizadas no Arquivo Público do Ceará, incluimos no final do penúltimo capítulo tratado uma relação de todos os administradores municipais de Granja, desde o primeiro intendente até o prefeito atual.

O Autor

Biblioteca Pública G
Setor do Ceará

JUÍZO PRÉVIO

Confiou-nos o autor a leitura de sua monografia sobre o Município de Granja como gesto de atenção a um integrante do Instituto do Ceará em retribuição ao interesse demonstrado em facilitar-lhe a pesquisa de informações indispensáveis ao seu objetivo.

Na verdade, acompanhamos o desenvolvimento deste trabalho pelas disposições do autor em sondar a nossa opinião a respeito, inicialmente, da intenção de escrever a história da terra de seu pai.

Nossa resposta seria afirmativa, apoiada em vários argumentos, o primeiro dos quais o de ser impossível uma concepção de história abstrata, porquanto ela se condiciona por um tipo de raciocínio "do particular para geral", como percebeu Heródoto ao denominá-la de "investigação". Tendo como objeto fatos (e não fenômenos ou formas de expressão puramente conceituais, de relação, de poder ou de sentimento), o conhecimento específico e sistemático nesse campo do saber dependeu, forçosamente, de uma observação direta, como se verificou pela contribuição dos logógrafos, narradores épicos das tradições dos povos helênicos, aos primeiros historiadores, cuja inovação consistiu na metodologia da pesquisa, introduzindo a referência do tempo histórico (cronologia) e o juízo crítico (da memória oral e da simbólica).

A dependência em relação a uma localidade coloca, ainda hoje, problemas históricos, a exemplo do concernente à invenção do alfabeto, atribuída geralmente aos fenícios até o surgimento de provas de maior antiguidade quanto ao uso desse tipo de escrita, obtida ultimamente por arqueólogos, em área continental além do Líbano (antiga Fenícia) da Ásia Norte-ocidental. No caso da História do Ceará fatos importantes, como a revolução de 1817, tiveram caráter predominantemente local, não podendo ser corretamente analisados com o desconhecimento dessa caractéristica.

Temos recebido indagações sobre o motivo de não escrevermos uma História (Geral) do Ceará e respondemos da impossibilidade de fazê-lo à falta de informações sobre os diferente aspectos - administrativo, religioso, econômico etc. - de cada município. Porisso, quando na direção do Arquivo Público do Estado (1982-1994), apresentamos o projeto de Estudos e Pesquisas Municipais, com o qual concordaram as autoridades superiores

até o momento de ser anunciado oficialmente, como constava da programação inaugural da nova sede do referido órgão.

Havíamos dado um passo, anteriormente, publicando a História de Morada Nova, para assinalar o centanário da criação do Município (1976), sequenciando o trabalho pioneiro de alguns poucos estudiosos dos fatos alusivos a regiões e divisões político-administrativas do Estado do Ceará, vindo bem a propósito mencionar aqui o padre Vicente Martins, pioneiro na tentativa de reconstituir o processo histórico, das orígens ao presente, incidente no território banhado pelo rio Coreaú e seus afluentes e cujo ponto principal de referência é a cidade de Granja, reestudada agora pelo autor desta monografia, no âmbito da área identificada inicialmente pelo Curato daquela ribeira, sediado na então povoação de Macavoqueira e, a partir de 1776, por conseguinte há precisos 220 anos, completados neste de 1996, pela Vila Nova à qual foi dado, no decurso deste tempo, o topônimo prevalecente, queiram os homens mantido para sempre.

Nome comum, de procedência da França e muito cedo adotado em Portugal, notadamente em várias freguesias e lugares, dentre estes a praia, em Arcozelo, Vila Nova da Gaia, onde há exatamente 120 anos se reuniu a convenção da qual resultou o Partido Progressista Português pondo fim à divisão entre "históricos"e "reformistas", também a Granja objeto desta monografia adquiriu um valor indiscutível e deveras inalienável e imperdível, além de inconfudível, não tanto por suas características fisiográficas como pelos seus filhos ilustres, cuja atuação, ontem e hoje, reveste de muita dignidade várias páginas da História do Ceará e configura um momento importante na formação e afirmação do povo cearense.

Registrar para a geração atual e as futuras um tão valioso patrimônio, de exemplos dignificantes, é tarefa da competência sobretudo de granjenses amantes do seu rincão, telúricos à maneira dos logógrafos ou, à de Heródoto e seus continuadores, investigadores à busca da verdade, por conseguinte da maior valorização do passado, pois damos valor completo aos fatos quando comprovados rigorosamente e os analisamos com a isenção de quem concilia emoção com razão.

Haroldo Ximenes, autor desta monografia, conquanto nascido em Fortaleza, provém de família da Granja cearense, à qual dedica os cuidados de um "guerreiro" em merecido repouso, após fatigante e bem sucedida atividade profissional no Banco do Brasil. Na sua permanente disposição de luta seu objetivo não é preservar um feudo sentimental mas levar os seus conterrâneos à consciência de uma verdadeira cidadania, impossível sem o sustentáculo de cultura proporcionado pelo saber histórico, tão racional quanto isento de emoções qualquer estudo genuinamente científico.

Fortaleza, 17 de março de 1996
Geraldo da Silva Nobre

CAPÍTULO I

- OS PRIMITIVOS HABITANTES
- AS MISSÕES JESUÍTICAS - MISSÃO DA GUIRAQUATIARA (BRAQUATIARA) - MISSÃO DA TABAINHA (SERRINHA)
- FAZENDA TIAIA
- PACIFICAÇÃO E CATEQUIZAÇÃO DOS ACOANÇUS

OS PRIMITIVOS HABITANTES

Quando da chegada dos primeiros padres jesuítas em fins do século XVII ao território que compreende o atual município de Granja e adjacências, essa região era habitada por diversas tribos indígenas, de línguas e costumes diferentes, que eram os Tabajaras ou Tobajaras, os Acoanças ou Aconguaças, os Tremembés, os Anacés ou Guanacés e os Arariús ou Reriús. (1)

Os Tabajaras ou Tobajaras, como grafavam os jesuitas, pertenciam ao grande grupo étnico Tupi que dominava quase toda a faixa litorânea do Brasil. Estava esse povo dividido em várias tabas ou aldeias ao longo do planalto da Ibiapaba, cada uma vivendo sob a liderança de seu próprio chefe ou morubixaba. Tinham esses indígenas suas tabas na referida serra mas o poder de suas armas estendia-se aos sertões e às praias adjacentes.

Depois da vinda dos jesuitas para essa região alguns chefes Tabajaras situaram fazendas e aldeias na ribeira do Coreaú, numa faixa de terra que fica dentro do atual municípo de Granja.

Sobre os Acoanças ou Aconguaças, o padre Ascenso Gago, superior da Missão da Ibiapaba, fez os seguintes comentários em sua carta ânua datada de 10 de outubro de 1695: "É esta nação dos Aconguaças também gentio de corso. Habita aquela ponta da Serra da Ibiapaba que fica mais vizinha ao mar. Nos costumes não difere muito do tapuia Reriú. Não comem carne humana, mas os ossos de seus defuntos os desenterram ao cabo de seis meses e moídos e desfeitos os comem com mel de abelha, em sinal de amor que lhes têm. Costumam prantear os seus defuntos um ano inteiro e os viúvos se não tornam a casar senão depois de um ano. É também gentio querreiro e com singularidade destro na flecha; com a qual não perde tiro; e se alguma vez viram as costas ao animigo, correndo disparam a seta e empregam o tiro."

---

(1) Os Acoanças, os Tremembés, os Anacés e os Arariús, assim como dezenas de outros povos indígenas da antiga Capitania do Ceará Grande eram no período colonial chamados genericamente de Tapuias ou índios "da língua travada" pelos colonizadores portugueses e jesuitas. Tapuia era o termo originalmente usado pelos Tupis para se referirem a outros grupos nativos não tupicos e os lusitanos o adotaram nesse mesmo sentido.

Todavia, a divisão dos índios do Ceará, como de todo o Brasil, em Tupis e Tapuias é imprópria. Isto porque enquanto a denominação de Tupis para os nativos que falavam a "língua geral" é etnográficamente correta pois as inúmeras tribos dessa nação constituiam um imenso grupo étnico física e culturalmente homogêneo, o mesmo não se pode dizer dos chamados Tapuias, que eram povos diversos, com línguas, costumes e tipos físicos diferentes entre si.

Em seu magnífico trabalho "Os Aborigenes do Ceará", o ilustre historiador e antropólogo cearense Carlos Studart Filho classificou cientificamente os índios do Ceará nos seguintes grupos: Tupi, Cariri, Tremembé e Tarariú, tendo incluído no grupo Tupi os Tabajaras e os Acoanças e Arariús no Grupo Tarariú. Segundo ainda aquele autor os Anacés não se incluem em nenhum dos grupos citados, sendo portanto um povo cuja filiação étnica ainda está por ser esclarecida.

Contudo, o termo Tapuia ainda hoje é usado às vezes pelos historiadores como uma designação genérica para os índios não tupicos, mas apenas para efeito de simplificação das narrativas ou até mesmo de estilo.

No teor da carta acima transcrita está implícito que os Acoanças ou Aconguaçus tinham como local de morada original a Serra da Ubatuba, que é a ramificação da Ibiapaba mais próxima do litoral. Por conseguinte, esses nativos senhoreavam grande parte do atual município de Granja.

Os Tremembés, nômades e hábeis pescadores, vagavam pelas praias da região e margens do baixo Timonha e baixo Coreaú. De acordo com alguns cronistas coevos estes aborígenes eram mansos e viviam em paz com seus vizinhos.

Pelo registro de batizado de vinte índios Anacés realizado na Capela do Iboaçu em 15 de maio de 1740, conforme anotações de documentos eclesiásticos daquela época, não há dúvida de que havia uma tribo dessa nação no território granjense, de cuja aldeia não se sabe a localização exata. Como confirmação da existência desses aborígenes nessa região há o fato de que uma parcela dessa tribo foi também aldeada na Missão da Ibiapaba, como aconteceu com os Acoanças e os Arariús, de acordo com assentamento deixado pelo superior daquela Missão, o padre Ascenso Gago.

Os Arariús ou Reriús moravam na Serra da Meruoca, porém seu domínio territorial espalhava-se pelos atuais municípios de Coreaú, Moraújo, Martinópolis e Uruoca

FRECHEIRO indígena da Ibiapaba, Ceará, século XVII. Aquarela no Museu Histórico Nacional

REGIÃO NORTE DO CEARÁ

Catequese dos Índios no Ceará. Óleo de Brandão Cela. Acervo da Casa de Cultura Raimundo Cela. Fortaleza-Ce.

MISSÃO DA GUIRAQUATIARA

No ano de 1693 as autoridades portuguesas decidiram reativar a Missão Jesuítica da Ibiapaba, a qual havia sido abandonada algumas décadas antes, e com essa finalidade enviaram para aquele lugar, que é onde se situa hoje a cidade de Viçosa, os padres jesuitas Ascenso Gago e Manuel Pedroso, o primeiro como superior e o segundo exercendo as funções de coadjutor da dita Missão.

Depois de terem-se instalado na Aldeia ou Missão da Ibiapaba os jesuitas resolveram situar uma fazenda de gado no sertão, onde pudessem começar a pacificar e catequizar os silvícolas sertanejos, bem como produzir alimentos para sustento deles próprios e gerar recursos que seriam empregados no ornato da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, que é a atual Igreja Matriz de Viçosa.

Assim, em fins de 1693 os citados padres desceram a Serra Grande com alguns índios Tabajaras e à margem esquerda do rio Coreaú, em frente ao poço chamado por esses nativos Igapara (atual Iapara) instalaram a fazenda. Teve então início o criatório com algumas cabeças de gado doadas aos padres por colonos portugueses estabelecidos no Piauí.

Foi esse o primeiro rebanho de gado trazido para o norte do Ceará, razão por que se deve aos jesuitas a introdução da pecuária bovina nessa região do Estado.

Na Iapara permaneceram um ano e meio mas como durante esse tempo ficou provado que o solo daquele lugar era pobre e portanto inapropriado para a criação de gado vacum, os jesuitas mudaram-se para outro poço à mesma margem do rio, o qual tinha a denominação túpica de Guiraquatiara. Atualmente o lado oriental desse poço chama-se Braquatiara, topônimo que se originou daquele primeiro.

Nesse novo sítio construíram casa, currais, cercados e para os serviços religiosos um nicho de oração.

Estava assim instalada a fazenda da Missão da Ibiapaba no rio Coreaú, a qual durante cerca de dois anos foi também uma Missão temporária, tendo

Biblioteca Pública G Estadual
Setor do Ceará

ali sido aldeados os chefes Tabajaras D. Jacob de Sousa (2) e D. Salvador Saraiva e suas gentes.

À quela época os jesuitas tomaram conhecimento de que três tribos Tapuias da região, que eram os Acoanços, os Arariús e os Anacés, viviam em constante estado de guerra com os Tabajaras e entre si. Fizeram então aqueles padres várias e arriscadas incursões aos territórios desses nativos, acompanhados do morubixaba Tabajara D. Jacob de Sousa, tendo finalmente conseguido pacificá-los e levá-los a conviver em paz, após árduos e pacientes trabalhos de persuasão e conciliação.

Por volta de 1697, não obstante o sucesso econômico e evangélico alcançado na Guiraquatiara, os jesuitas encerraram o aldeamento realizado naquele lugar e levaram seus tutelados Tabajaras de volta para a Missão da Ibiapaba, deixando porém aquela fazenda instalada às margens do rio Coreaú funcionando a contendo, entregue primeiramente a um vaqueiro de nome João dos Reis.

A posse da terra onde se localizou a fazenda e Missão da Guiraquatiara foi regularizada em 3 de setembro de 1706, data em que ao superior da Missão da Ibiapaba, que era a Missão principal, foi concedida uma sesmaria naquele local ribeirinho, medindo duas léguas de comprimento por uma de largura.

Quando da expulsão dos jesuitas do Brasil anos mais tarde, em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, essa fazenda, então já denominada "Missão", constou do inventário dos bens da Missão da Ibiapaba levantado naquele ano, contando com mais de 1900 cabeças de gado.

Essa propriedade pertence hoje ao espólio de José Xavier, falecido comerciante e pecuarista de Granja.

(2) O governo português concedia título de Dom aos chefes indígenas que lhe eram afeitos, os quais eram batizados com um nome cristão.

MISSÃO DA TABAINHA

No verão do ano de 1698 os jesuitas mandaram muitos índios Tabajaras para a Serra da Tabainha, atual Serra de D. Simão, que fica ao lado do vale do Itacolomi, para que ali ficassem aldeados e cultivassem a terra.

Era esse um local intermediário entre a Serra Grande e o sertão e portanto mais estratégico para as pretensões daqueles missionários, que era aldear os Tabajaras mais perto do mar, (3) tendo ali sido construída uma pequena capela de pouca dura.

Houve nesse lugar aglutinação de maior número de gentios que na Missão da Guiraquatiara, com a adesão do chefe Tabajara. D. Simão Taminhobá e sua gente, o qual não tinha tomado parte no aldeamento anterior e até então se havia mostrado arredio e rebelde.

Foram então aldeados na Serra da Tabainha as três principais aldeias Tabajaras, cujos morubixabas naquela época eram D. Jacob de Sousa, D. Salvador Saraiva e D. Simão Taminhobá.

Tudo ia bem na Missão da Tabainha até que em princípios de 1700 surgiram rumores da presença iminente na região de colonos baianos da Casa da Torre, chefiados por Garcia D'Ávila, os quais não respeitavam as terras e aldeamentos dos índios e delas tentavam apoderar-se e escravizar seus habitantes.

Diante dessas ameaças de esbulho e maus tratos os padres resolveram fazer retornar para a Ibiapaba os índios que estavam morando na Tabainha, por entenderem que na Serra Grande eles não seriam molestados por aqueles colonos baianos.

Com a volta dos nativos para a Ibiapaba, em 15 de agosto de 1700 foi definitivamente fundada a Aldeia da Ibiapaba, que é a atual cidade de Viçosa. Nessa povoação indígena ficaram aldeados os Tabajaras de D. Jacob de Sousa, D. Salvador Saraiva e D. Simão de Vasconcelos, que é o mesmo D. Simão Taminhobá, além de levas de Tapuias das tribos Acoançu, Arariú e Anacé.

Em 1704 o tuxaua Tabajara D. Simão de Vasconcelos, um dos fundadores da Aldeia da Missão da Ibiapaba, retornou para a Serra da Tabainha com sua gente e em 4 de setembro de 1706 recebeu uma carta de sesmaria que lhe dava a posse de parte daquela serra, que a partir de então passou a se chamar Serra de D. Simão, denominação esta ainda em vigor.

A partir de então ficou reativado e durou por mais umas duas décadas o aldeamento indígena naquela serra, que daí em diante chamou-se Missão da Serra de D. Simão.

(3) Como veremos mais adiante, o plano dos jesuitas de "descer"os Tabajaras e aldeá-los em locais mais próximos da costa só foi realizado em parte, pois a maioria dessa nação indígena permaneceu na Missão da Ibiapaba.

A FAZENDA TIAIA

Além da fazenda "Missão", que já foi comentada, teve também a Missã Jesuítica da Ibiapaba no município de Granja a fazenda Tiaia, adquirida pe sesmaria em 1710 pelo padre Ascenso Gago.

O criatório teve início com a doação por parte de um povoador branc do Piauí, de nome Francisco da Cunha, de 450 cabeças de gado vacum, 2 cavalos e um escravo angolano chamado José, afeito ao pasteiro, para cuida de todo o rebanho. Estava assim dado novo impulso à incipiente pecuári do norte da Capitania do Ceará.

Em retribuição, aquele doador pediu que por tempo indeterminad fossem realizadas três missas anuais em sufrágio de sua alma, sendo cad uma nos dias festivos de São José, Santo Antonio e Nossa Senhora d Assunção, cujas imagens foram também por ele compradas e doadas à Missã da Ibiapaba.

No inventário patrimonial realizado por Gama Casco em 1759, po ordem do Marques de Pombal, aquela fazenda já contava com 720 vacas 290 bois, 18 éguas e 44 cavalos.

Essa propriedade pertence hoje à Imobiliária Agrícola Raimund Oliveira S.A., sediada em Granja, tendo sido vendida em 1926 à firm Joaquim Pereira de Oliveira & Filhos, da qual fazia parte o Sr. Raimund Oliveira, pelo então bispo de Sobral D. José Tupinambá da Frota, ao preç de 100S000S000 (cem contos de reis).

PACIFICAÇÃO E CATEQUIZAÇÃO DOS ACOANÇUS

A pacificação e catequização dos índios Aconguaçus ou Acoanças fo iniciada pelo jesuita Manoel Pedroso, companheiro de Ascenso Gago, tend parte desses aborígenes sido aldeada na Missão da Ibiapaba no ano de 1700 como já foi mencionado em outra parte, mas a maioria dessa tribo permanecera na Serra da Ubatuba, seu local de morada original.

Em 1712 teve início um levante geral de diversas cabildas Tapuias d região Norte do Ceará e nesse mesmo ano o Governador de Pernambuc (4) enviou para perto dos Acoanças o padre secular Antonio de Sousa Lea a fim de pacificá-los definitivamente e catequizá-los. Nessa mesma ocasiã e com a mesma finalidade foi mandado o padre José Texeira de Miranda para junto dos Arariús na Serra da Meruoca.

(4) Naquela época a Capitania do Ceará era anexa e subordinada à Capitania de Pernambuco.

O padre Leal estabeleceu-se no sítio Ibuaçu de propriedade do colono português Pedro da Rocha Franco, onde em seguida foi construida de taipa a Capela de Santo Antonio do Ibuaçu, perto portanto da Aldeia dos Acoanças. Junto a este oratório aquele religioso realizou a pacificação e catequização desses aborígenes.

Não se sabe a data certa da construção dessa primitiva Capela do Ibuaçu, de taipa, mas pelos assentamentos deixados pelo padre Leal referentes a registros de batizados e casamentos ali ministrados entre os anos de 1714 e 1718, conclui-se que esse oratório foi construído no ano de 1714. Seus fundadores foram o citado sacerdote e o donatário do lugar, o colono português Pedro da Rocha Franco.

CAPÍTULO II

- INCURSÕES NO RIO CAMOCIM OU COREAÚ. O ANTIGO PORTO DO CAMOCIM
- INÍCIO DA COLONIZAÇÃO
- ORIGEM DA ALDEIA DE SANTA CRUZ DO COREAÚ E CAMOCIM
- CHEGADA DE ALEXANDRE PEREIRA DE SOUSA E SEUS COMPANHEIROS - MUDANÇA DO NOME DA POVOAÇÃO PARA MACABOQUEIRA. CRIAÇÃO DA VILA DE GRANJA, DEPOIS ELEVADA A CIDADE.

INCURSÕES NO RIO COREAÚ. O ANTIGO PORTO DO CAMOCIM

Desde o início da colonização do território brasileiro piratas franceses e holandeses penetravam o Rio da Cruz, depois denominado Camocim e Coreaú, o qual naquela época era navegável por embarcações a vela de médio porte, como barcaças e sumacas, para manter com os índios dessa região o escambo, que era a troca pura e simples de mercadorias.

Esses europeus trocavam seus produtos manufaturados como machados, foices, facas, facões e miudezas como espelhos, pentes, brincos, colares etc. por madeiras, animais e pássaros. Escreveu Martins Soares Moreno em sua "Relação do Ceará":

"Aportavam muitos piratas, que com aqueles nativos comerciavam e carregavam muitos navios de algodões e pimenta malagueta, muitos bichos como papagaios, macacos, saguins e muito pau a que os índios chamavam ibiraquatiara, que é o melhor que se há descoberto em todo o Brasil, por ser como damasco, e também carregavam pau de tinta e algum âmbar."

As madeiras de cores mais abundantes nas matas do Ceará e objeto de mercado clandestino eram a tatajuba e a ibiraquatiara. A tatajuba ou pau de tinta é madeira de cor amarela. Fornece boa matéria corante amarela, apropriada para tinturaria, sendo também utilizada em construções.

A ibiraquatiara ou pau violeta era muito disputada por se prestar a fabricação de móveis de luxo e procuravam-na os navios piratas ao norte do Ceará, "ponto mais demandado dos corsários", como disse Diogo de Campo Moreno.

Em fins do século XVII essas penetrações no rio Coreaú já não eram mais praticadas por flibusteiros estrangeiros, mas por navegantes lusobrasileiros, os quais ancoravam suas embarcações no pequeno porto existente, então chamado porto do Camocim, que não ficava onde se situa hoje a cidade de Camocim, mas a meia légua do sítio onde se localiza a atual cidade de Granja. Naquele ponto, à margem esquerda do rio, esses comerciantes aventureiros negociavam com os nativos da região.

Alguns historiadores atuais confundem referências em documentos da era colonial ao lugar então chamado Camocim, pensando tratar-se do

povoado que deu origem à atual cidade de Camocim, o qual na realidade só começou a se formar em fins do século XVIII.

Assim, as expressões "no Camocim"e "para o Camocim", citadas por cronistas daquela época, referiam-se ao porto do Camocim, que como já foi dito ficava a meia légua do local onde se formou em princípios do século XVIII o povoado de Santa Cruz do Coreaú e Camocim, depois denominado Macaboqueira, e que é a atual cidade de Granja.

Este equívoco é causado pelo fato de que o rio até certo tempo foi chamado Rio da Cruz, mas depois denominou-se Camocim com relação ao seu estuário e parte de seu curso médio, ficando o restante do curso com a denominação de Coreaú, que atualmente é o nome oficial de toda esta corrente.

O porto do Camocim era um ancoradouro natural, numa ribanceira alta e portanto própria para atracação de embarcações de médio porte e situava-se num ponto do rio onde os barcos podiam reabastecer-se de água doce, ou fazer aguada como se diz em linguagem náutica, pois àquela altura a penetração de água salgada da maré não era constante e intensa como no estuário.

Mais tarde, em meados do século XVIII, quando do surgimento do comércio de carne salgada e a instalação junto ao porto de charqueadas ou oficinas para abate de gado, salga e exportação da carne para outros centros da Colonia, esse local ficou sendo chamado de Oficinas.

Portanto, com base nessas considerações e outras informações confiáveis não resta dúvida de que o forte holandês "no Camocim", referido por Barão de Studart e que segundo aquele ilustre historiador foi destruido pelos índios em 1644, localizava-se nas imediações do porto do Camocim, cuja real localização já foi esclarecida, e não na foz do rio como sugerem alguns autores, ou num local em frente à atual Igreja Matriz de Granja como defendem outros.

Outra referência importante ao antigo Camocim está contida na carta que André Vidal de Negreiros, então Governador de Maranhão, enviou a El-Rei, datada de 9 de fevereiro de 1656, informando-lhe que o Capitão Domingos de Sá Barbosa avisara-lhe ter o chefe Potiguara Amanaí se mudado com sua gente para a parte do Rio da Cruz a que os índios chamavam Camocim, temendo represálias dos portugueses por sua anterior aliança com os holandeses antes da expulsão destes.

Nessa mesma mensagem comunicou ainda aquele governador que como meio de conter aquele e outros chefes indígenas resolvera construir um forte no rio da Cruz, onde os holandeses já tinham tido um. Entretanto, esse baluarte não chegou a ser construido, por ter sido alcançada a paz com o morubixaba Amanaí e ter este retornado com sua tribo para seu lugar de origem, nas proximidades da fortaleza que deu origem à atual capital do Ceará.

É oportuno esclarecer que não restaram ruínas ou qualquer resquício do forte holandês que existiu perto da Granja porque todas as fortalezas batavas no Ceará eram feitas de madeira e pedras soltas.

INÍCIO DA COLONIZAÇÃO

No limiar de século XVIII começaram a chegar ao território que compreende a atual município de Granja e adjacências os primeiros colonizadores brancos, tendo essa região recebido duas correntes diferentes de povoamento. (5)

Em ordem cronológica, no primeiro grupo estão os já citados comerciantes aventureiros, portugueses e baianos, ligados a atividades marítimas e ao comércio com os aborígenes. Embora de um modo geral a presença desses homens na região fosse de caráter transitório e se prendesse ao objetivo imediatista do lucro fácil, sem intenções colonizadoras, alguns fugiram a esta regra e radicaram-se na ribeira do Coreaú.

A outra corrente de colonização do baixo Coreaú, maior e mais importante do que aquela anteriormente citada, foi a dos sesmeiros portugueses, donatários de concessões de terras dadas pelo governo lusitano, as quais se chamavam datas ou sesmarias.

A princípio esses colonos moraram com suas famílias nas próprias sesmarias, nas quais eles instalaram suas fazendas de gado, mas posteriormente alguns passaram a residir no povoado que nasceria à margem esquerda do rio e a meia légua do porto.

(05) Vale ressaltar que os jesuítas, chegados à região antes dos colonizadores brancos, proporcionaram a estes últimos as condições necessárias para a colonização ao realizarem aldeamentos com a maioria dos nativos, onde estes eram catequizados e pacificados.

T. 056114/2005

Excepcionalmente foram concedidas sesmarias a alguns chefes indígenas Tobajaras, aliados do governo português, em recompensa por serviços por eles prestados, pois geralmente essas concessões de terra eram dadas a portugueses e lusobrasileiros de prestígio.

A título de ilustração descrevemos a seguir algumas das primeiras sesmarias concedidas no município de Granja a colonizadores portugueses:

- Domingos Machado Freire e seu irmão Miguel. Portugueses: Sesmaria de 5 léguas de comprimento por 1.1/2 de largo, no Jaguaraçui (atual Campanário),à margem esquerda do rio Coreaú, datada de 03.08.1702. Foi confirmada em 22.11.1706 para apenas 4 léguas, após medição efetuada pelo Desembargador Cristóvão Soares Reimão.

- Rodrigo da Costa Araújo: Português: Sesmaria de 1 légua à margem esquerda do Coreaú,no Jaguaraçui, pegando das testadas de sua data mais antiga. Carta de sesmaria datada de 14.09.1706.

- Pedro da Rocha Franco. Português: Sesmaria de 1 légua de terra na ribeira do Timonha, datada de 01.12.1717. Essa data ficava em volta de outra concedida anteriormente a Inácia Machado, Inês Pacheco, Úrsola Câmara e Vitória Rodrigues Câmara, todas senhoritas paulistas, ligadas por parentesco ao padre Ascenso Gago, superior da Missão da Ibiapaba. Este colono já adquirira as referidas sesmarias confinantes por compra a suas donatárias.

- Manoel Dias de Carvalho e Félix Coelho. Portugueses: Sesmaria de três léguas de terra por uma de comprimento, entre o Riacho das Rolas e o Rio Coreaú pegando das testadas do Capitão Rodrigo da Costa Araújo. Carta de sesmaria datada de 30.03.1705.

ORIGEM DA ALDEIA DE SANTA CRUZ DO COREAÚ E COMOCIM, DEPOIS MACABOQUEIRA.

Em princípios do século XVIII o morubixaba Tabajara da Ibiapaba D. Jacob de Sousa situou uma fazenda de gado à margem esquerda do rio Camocim ou Coreaú, em frente ao poço chamado Eiperuquara (atual Periquara), tendo essa posse sido regularizada em 4 de setembro de 1706 através de carta de sesmaria concedendo-lhe uma data que se estendia 1/2 légua para cima do dito poço e uma légua para baixo, até a foz do riacho Camboa, abrangendo portanto a faixa de terra onde se localiza a atual cidade de Granja. Destacamos um trecho da referida carta de sesmaria:

"... Diz D. Jacob de Souza um dos principais da Aldeia da Serra da Ibiapaba da nação tabajara que pelo trabalho que teve em mostrar aos brancos as terras e caminhos circunvizinhos à dita serra para as povoar e assistir com eles para os defender do inimigo tapuia, adquiriu algum gado vacum e cavalar e nas terras que para a dita aldeia sua Majestade que deus guarde lhes mandou medir e dearcar não pode ele criá-lo pelo dano que há de fazer às lavouras nem nelas haver capacidade de pasto, e no rio Camocim no poço chamado Eiperuquara achou terra devoluta e desaproveitada a qual ele aproveitou situando nela os ditos gados, portanto pede a Vossa Mercê que em remuneração dos serviços que há feito a sua majestade que deus guarde a esta Capitania lhe faça mercê para ele suplicante e seus descendentes de légua e meia de comprido e uma de largo meia para cada bando no dito rio começando do dito poço para cima meia légua e dele para baixo uma légua tudo foro livre e isento de pensão alguma salvo dísimo a ordem de Cristo e Rmcê (...) Despacho Visto a informação do escrivão das datas e os serviços que o suplente fez e tem feito e ora fazendo daqui em diante a sua majestade que deus guarde e me constar por certidão que apresentou de seu micunario ter gados e não ter terras para os criar lhe concedo em nome de sua majestade que deus guarde por remuneração de seus serviços a dita légua e meia de terra de comprido e meia de largo por cada banda na parte que pede e confronta em sua petição com obrigação de que a não poderá vender nem passar a outrem e pagará dísimo a ordem de Cristo Fortaleza dois de setembro de mil setecentos e seis anos..."

Biblioteca Pública G
Setor do Ceará

Nessa época um homem chamado Vicente Ribeiro, provavelmente branco, casou-se com uma filha do donatário D. Jacob de Sousa e dele recebeu essa sesmaria como dote. Logo depois de efetuar doação da terra para seu genro aquele chefe Tabajara retornou para sua aldeia de origem na Serra da Ibiapaba.

Essa doação de terra ao colono Vicente Ribeiro, feita pelo índio D. Jacob de Sousa e que abrangia o atual perímetro urbano da cidade de Granja e suas redondezas, está evidenciada numa carta de sesmaria concedida anos mais tarde ao povoador Domingos Machado Freire, a qual entestava com essa que havia sido doada. Reproduzimos a seguir parte desse documento:

"... Diz o capitão Domingos Machado Freire morador no curuiyu termo desta Capitania que o deff.º Vicente Ribeiro em sua vida pediu uma data da terra no Rio Camosy freg. do Acaracu de legua e meia fazendo pião no poço Periquara a saber meia legua do dito poço para cima e uma legua do dito poço para baixo; e porque inteirada a dita data na forma referida ficam terras de sobra devolutas donde pastam gados do suplicante posto que sem aguas quer o suplicante haver as ditas sobras por sesmaria para nelas criar seus gados pelo que pede avm seja servido conceder-lhe em nome da S. Majestade para o suplicante e seus herdeiros três leguas de terras a saber duas leguas começando das testadas da dita data de deffº. Vicente Ribeiro depois de ser inteirado na forma da dita sua data pelo referido rio abaixo a rumo dereito buscando sempre o mesmo Rio com meia legua de largo para cada banda e a otra legua nas ilhargas da dita legua acima nomeada da parte do poente começando do riacho Camboa correndo rumo para a parte que milhor conta lhe fizer ***declaro que a data referida foi concedida a D. Jacob de Sousa e Castro e este a deu em dote a Vicente Ribeiro*** *deffº. acima declarado E R M - Informe o Provedor da Fazenda Real ouvindo os oficiais da Camara do Destrito Villa da Fortaleza 3 de setembro de mil setecentos e cinquenta - Moraes - Respondem os oficiais da Câmara do Destrito a que pertence; Aquiraz quatro de setembro de mil setecentos e Cinquenta - Lemos - Snr Dor. Provedor da Fazenda Real - Não temos dúvida que cedem as terras de sesmaria que o suplicante pede por sesmaria por nos constar não ter empedimento algum e ser de utilidade dos dizemos de S. Majestade que Deus guarde he o que podemos informar avm que mandará que for servido Villa da Fortaleza em Câmara de Sete de setembro de mil setecentos e cinquenta. Antonio Ferreira de Mendonça, Florêncio de Freitas Correa. Domingos Roiz Chaves. Senr Capitão Mor, informo avm com a resposta dos oficiais do Destrito só por parte da ral Fazenda regrº. se lhe ponha na data a condição de demarcarem para servir osq sobra para se poder acomodar outro vaçalo em outra data tudo na forma das reaes Ordens de S. Majestade Aquiraz sete de setembro de mil setecentos e cinquenta..."*

Conforme despacho de Cristóvão Soares Reimão, que reproduziremos adiante, em 12 de outubro de 1706 esse desembargador presidiu uma audiência na aldeia de Santa Cruz do Coreaú e Camocim com a finalidade de resolver um litígio de terras entre o padre Ascenso Gago e o colono português Domingos Machado Freire, donatários de sesmarias no lugar então chamado pelos índios Guiraquatiara, que é a atual fazenda Missão.

Do teor das duas cartas de sesmaria atrás transcritas e do citado documento do desembargador Reimão provando a existência de Santa Cruz do Coreaú e Camocim em 1706, depreende-se que após seu casamento o povoador Vicente Ribeiro mudou o curral da fazenda da Periquara para o local onde se fixou com sua mulher e índios Tabajaras que cuidavam dos trabalhos com gado e lavoura, dando origem à formação dessa aldeia, a qual foi o núcleo inicial da atual cidade de Granja.

Portanto, a maioria dos primeiros habitantes da nascente povoação de Santa Cruz do Coreaú e Camocim eram índios catequizados da Missão da Ibiapaba, da parentela do donatário D. Jacob de Sousa, que certamente foram trazidos por este chefe Tabajara para trabalharem na citada fazenda, cuja sede foi primeiramente na Periquara, como já relatado.

Provavelmente o local dessa aldeia era no Alto dos Pescadores atual, perto portanto do poço do Pucu, onde até algum tempo atrás existiu uma antiga casa pertencente a Joaquim Ribeiro, já falecido, descendente do colono Vicente Ribeiro.

Há possibilidade de terem sido os jesuitas que deram o nome de Santa Cruz do Coreaú e Camocim a essa aldeia, em alusão a uma cruz ali encontrada ou erguida por eles, mas não existe dúvida de que ao fazer constar essa denominação nos documentos referentes à audiência atrás referida, o desem-

bargador Reimão deu-lhe caráter oficial.

Outro fato documentado que reforça essas considerações sobre a origem da Granja é a doação feita anos mais tarde, em 1758, por um filho do povoador Vicente Ribeiro, de nome Francisco Ribeiro de Sousa, casado com Luisa da Mota Pereira, da faixa de terra que constitui o atual patrimônio da Igreja Matriz da Granja. A citada mulher desse doador era filha do colono português João da Mota Pereira, radicado na antiga povoação de Olho d'Água, que é o atual povoado de Araquém no município de Coreaú.

Reproduzimos a seguir o relativo instrumento de doação, o qual foi registrado no cartório da Vila de Sobral:

"Dizemos nós o Tenente Francisco Ribeiro de Sousa e minha mulher Luiza da Mota Pereira, casados que somos em face da Igreja que entre os mais bens que possuimos de que estamos de mansa e pacifica posse e bem assim numa sorte de terras neste lugar da Macaboqueira, a qual houve por herança de meus pais levado eu e a dita mulher da devolução e desejo de servir ao glorioso São José, juntamente do contentamento de estar erigido e consignado o lugar para esta nossa Matriz na dita Macaboqueira, por nela ser nascido e criado e termos nos meus irmãos e irmãs a nossa missa certa e confissão; e não sermos enterrados no campo:"do quarto de terra do nosso casal que me toca e a dita minha mulher como meeira dos bens do nosso casal, fazemos em nossos juizos perfeitos, de nossas livres vontades e sem constragimento de pessoa alguma doação ao glorioso senhor São José da nossa matriz Macaboqueira da metade desse dito quarto de légua de terra, com a metade dos seus rendimentos na forma que até o presente estamos possuindo e pro rata gozado os lucros da dita terra para adjuctório da obra da dita Matriz neste dito lugar e finda ela para os paramentos e ornato do altar do dito glorioso São José e outra metade do dito quarto de terra que nos toca, com a outra metade dos rendimentos que nos nos toca o reservamos nos como senhores que somos assim podermos criar nela nossos animais, cuja metade dos rendimentos dela havemos por dada e doada hoje para todo sempre ao glorioso São José Orago desta nossa Matriz da Macaboqueira e Ribeira do Coreaú, que poderá somos ontentes o senhor Doutor Luiz Fernandes Carvalho como nosso páraco administrador funde nela a Matriz querendo, ou aforar quem lhe

parecer a seus sucessores, contanto que sejam pessoas mansas e pac'ficas aplicando temos os rendimentos para dita obra, e finda ela na forma referida e porque de nosso matrimônio não termos herdeiros forçados que nos impeçam, só sim, o meu filho natural José Ribeiro de Sousa que convém nesta doação, nem temos dívida nem ipoteca para podermos deixar de fazer sem encargo de nossas consciências esta doação fica sendo a dita metade do quarto de terra e a dita metade dos rendimentos da dita terra do glorioso senhor São José da nossa Matriz da Macaboqueira e em eu nem minha mulher e nem o dito meu filho natural José Ribeiro de Sousa, nem herdeiro algum, sendo o tenha, poderemos em tempo algum tomá-las ou senhoreálas por ser a dita terra nossa que a damos dependência alguma a bem das nossas almas e queremos que esta doação valha como escritura pública sendo que e seja assim preciso para sua maior validade poderá o muito reverendo senhor nosso páraco e seus sucessores mandar lançar em livro de notas que em tudo convimos com ampla e liberal vontade e quando para valimento e maior força e firmeza desta doação falte alguma circunstância ou cláusula precisa aqui não declarada a havermos por expressa e declarada menção para que sendo assim tenha todas as forças e direito como se fosse pública escritura; e também pedimos e rogamos as justiças de Sua Majestade tanto seculares como eclesiásticas guardem e façam guardar esta nossa doação que a nenhum tempo a poderemos contrariar, não nos valendo foros, nem leis nem a minha mulher as leis que favorecem as mulheres e assim que não queremos ser ouvidos em juizo e nem fora dele no caso que pelo tempo adiante queiramos a desfazer esta dita doação feita a bem de nossas almas e por ser esta a nossa vontade pedimos e rogamos a João da Motta Ferreira este por nós fizemos sendo presente por testemunhas João Feranandes de Souza, Albino Pinto e Francisco Neto, que tudo viram, presenciaram e assinaram. Macaboqueira, vinte e nove de outubro de mil setecentos e cinquenta e oito."

A seguir transcrevemos outro elucidativo documento da fase embrionária da povoação que originou a atual cidade de Granja, que é o já mencionado despacho judicial:

Despacho

"Como pede e será na data que allegar o seu direito que parecer e lhe compete.

Santa Cruz do Curuaynhi vinte de Setembro de 1706. Reymão.

E por virtude deste despachado forão citados os ditos hereos declarados na petição acima, de que pedirão vista o Rio. Pe Assenso Gago e vindo com suas razões, provas, embargoa e sobre elles se proferio o despacho seguinte.

Tomem os RR dos RR. por artigos o que allegão nas suas razões á.

fl. 9 para com melhor clareza se poderem inquerir testemunhas e os RR. contrariar o que farão com a modestia que devem aliás. Santa Cruz do Curuaýhú 5 8bro. de 1706. Reymão.

Em virtude deste despacho se dera vista ao dito Revdo. Pe. Assenso Gago em 5 de 8bro de 1706, que sendo lhe continuada dita vista viera com seus ambargos por artigos os quaes são forma seguinte:'

Para desfazer equivocação em que se enganam os RR com o nome de Ybiraquatiara se deve advertir, que desde a passagem em que os RR. tem o seu curral para cima até a Itacotoca se denomina e chama: Guyraquatiara é o pricipio do poço fronteiro a casa onde fazem os RR. centro de sua data, e esta denominação tem entre os indios a fasenda dos R.R.

Em como o Capitão Miguel Machado Freire e seu irmão Domingos Machado Freire só tomaram posse e situarão no poço chamado Yaguaraçuy perto das do capitão Rodrigo da Costa e qual poço dista do curral doa RR. duas leguas e meia ou três, e da dita sua situação para baixo nunca tomarão posse, nem a exercerão situando fazenda alguma.

Em como no pôço da Ygapara no Rio Camusy situarão primeiro o seu gado e besta de cuja situação lhe veio a ficar a tal passagem o nome de Curralinho.

Em como depoys de anno e meio pouco mays ou menos mudarão o mesmo gado e bestas do dito pêço da Ygapara para a passagem chamada Guyraquatiara, aonde se conservou a povoação dos RR. até sem oposição de pessoa algúa e nella criou João dos Reis alguns annos o dito gado e bestas, a quem sucedo o Índio André Taraguira e criou hú anno ao cabo do qual tomou entrega da fazenda Farncisco Alberto a nella criou três annos a quem sucedêo Luiz Nicolau Henrique que ha dous pouco mais ou menos está entregue da dita fazenda dos RR.

Em como no dito pôço de Guyraquatiara fronteiro a casa levantarão casa, currais sem oposição algúa e em diversos annos aos velhor que se arruinavão substituirão outros novos.

Em como nas partes de Guyraquatiara pastarão sempre os gados e bestas do curral da sua missão cituado no dito pôço sem controversia de pessoa algúa.

Os quaes artigos offerecem os RR. a Vmce. Senhor Desembargador para que inqueridas as testemunhas lhes faça justiça como for razão. Superior da missã Pe. Assenso Gago.

Depois das taes razões segue-se a contrariedade dos RR. do teor

seguinte:

Contrariando os artigos dos Rdos RR. dizem os RR. na melhor forma do direito afim de que se lhes julgos a sua data por boa e a dos RR. por malida o seguinte:

Que da mesma data dos R.dos Reos constapedir no principio do pôço a que chamarão Guiraquatiara uma legua para cima e outra para baixo.

Que do dito pôço Guiraquatiara ao curral que os Rev.dos Reos tem povoado distava huma legua pouco mais ou menos e no dito pôço nunca os Rev. dos RR. tiverão povoasão algúa por que nunca passarão por cima do Rio a que chamão Timbaobasú.

Que os RR. tomarão posse da terra de sua data como do auto della consta e para ser valida não era necessário que corressem todas as cinco leguas pois não sabiam adonde chegavam mas consta que passou e cortou arvores e sem impedimento de pessoa alhga.

Que os RR. povoarão a dita sua data com quantidade de gados e na dita povoação existe até o presente cujo curral tem no pôço chamado Iguarasuy no mesmo Rio Camusy a dahi domina o gado dos RR. por ser muito toda a terra de sua data e caso negado que assim não gose ainda os RR. não tem por isso perdido o direito de sua data pois ainda estão dentro do termo que lhes permite a Ley para poderem povoar.

Conforme o direito nem húa pessoa de qualquer qualidade que seja pode haver terras nem lograllas sem que lhe sejão concedidas por titulo e ainda que os Re.dos povoasem no pôço Iguapara no Rio Camusy, que é abaixo donde esteve o curral de Jacobo de Souza e ainda bem que ao depois mudasse o dito curral para onde é hoje e tem o que é o da chamada missão abaixo do rio e chamado Timbaobaçú não podem por isso adquirir direito algú nas ditas terras para lhes serem julgados pois não mostram titulo que della tivessem antes nem depois de tal povoação antes de ser concedida a data doa RR. ea que só apresentão não pode fazer opposição a dos RR. como da era de uma e outra consta.

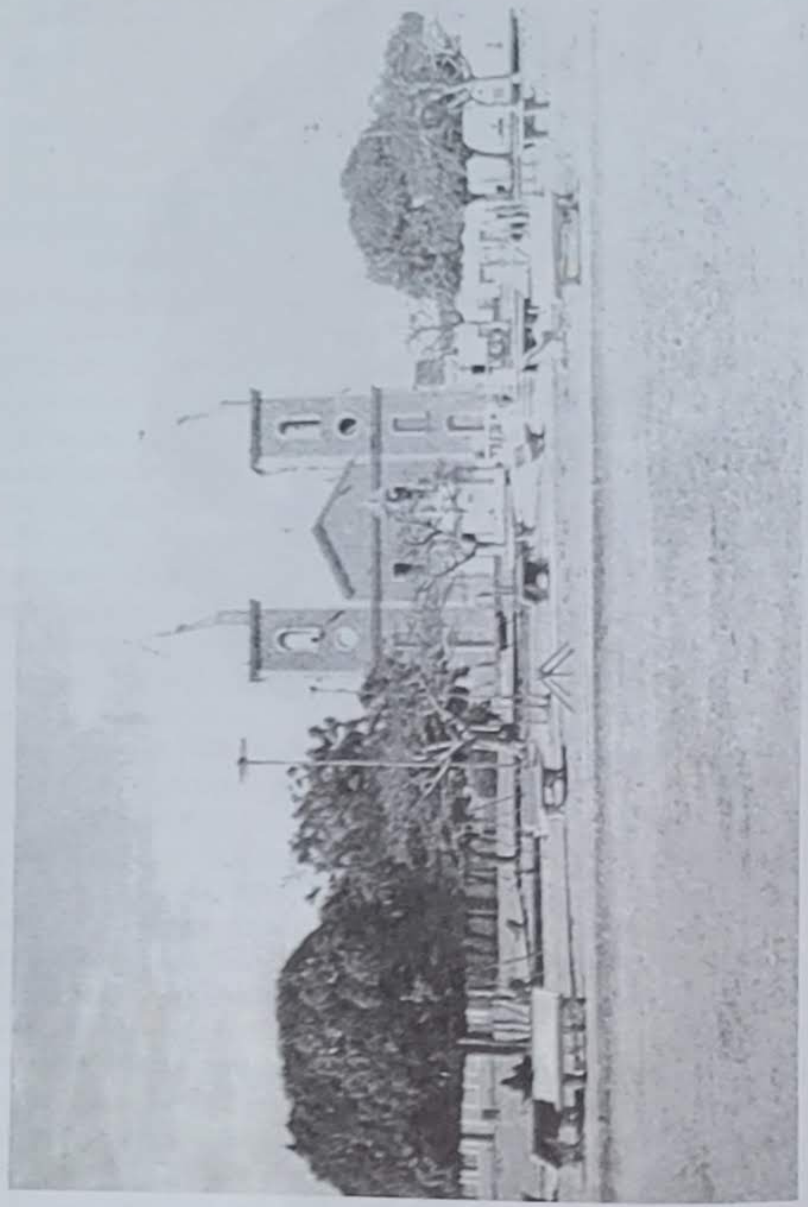
Que os R.dos Reos nunca fizerão povoação de Guiraquatiara porque donde é chamada a povoação ao dito pôço hé hua lgua pouco mays ou menos, como ja tem dito salvo se os R.das Reos querem fazer o tal pôço em outra parte codizerem que os seus gados pastão nos pastos do dito pôço não faz o fundamento para que os pastos não tem encontro, asim como os dos RR. pastão tão bem húa a duas leguas abaixo do curral dos R.dos Reos.

Que no tempo que foi concedida a data dos RR. não avia das testadas do C. Rodrigo da Costa para baixo até o salgado data algia nem povoação mais que e que ja tem dito e os R.dos Reos confeção pasage chamada Curralinho do qual não se deve fazer caso por falta de titulo. Pede o cumprimento da justiça que provado o necessário se messa e demarque a dita sua data da quantia della, o que tudo pede na melhor forma do direito, com custas, Mello.

Depois do que se asinarão a estas partes as dilações do estylo para produzirem suas testemunhas e lançarem-se de mais provas deverão afinal de visto sendo os autos a conclusão se proferio a sentença de teor seguinte:

"Os embargos recebidos julgo por provados na parte que respeita aos Autores não averem expressado na sua suplica como os R. dos Reos missionarios tinhão povoação de gados em parte perto do pôço vistos os autos disposição dos ditod como prova-se melhor que por mercê quereria suplica-lhe se oculta a verdade a qual se espressara fazia de fiel sua concessão, e da suplica dos autos não consta exposessem a povoação que so na terra pedida tinhão os Rios missionarios; e ser verosimil que S. Mage. que Deus guarde havia tirar Constando como me consta da medição que fiz aos seus ;indios das terras capaz de para criar gado, de que se pudessem sustentar criar seus cavallos e sem o que é impossivel satiafazer a sua obrigação; e como outro se conhece com os ditos Reos missionarios o direito que nas ditas terras tem os ditos Índios para que povoado delles não hajão de tirar; porem como a povoação dos Reos missinarios se deva regular segundo as Leys, e só conceda para cada aldêa uma legua de terra e que dessa se poderão ajudar para a sustentação dos missionários, não podem estes ter mayor quantia de terra que aquella e sem embargo de que esta sua numerosissima, e com tal, lhe haja de ampliar, não procede a respeito dos ditos missionarios que em numero não excedem a dois e portanto lhes julgo das ditas leguas de sua data hũa só que hé superabundante para elles criar curraes para sua sustentação e ornato da capella, a qual será em quadro e na mesma pasage e sitio em que está o pôço da Guaraquatiara e curral, metade para cima e matade e a outra legua hé por devoluta para nella se encherem as mais datas e deferido a data dos autores a julgo por bôa e valida, excepto em haver de correr successivamente e continuando das testadas de Rodrigo da Costa para baixo porque somente o serviço é topar com a legua julgada aos ditos missioanarios e o que lhe faltar para completar a quantia della e lhes medirá da dos ditos missionarios em diante e pague estes a quarta parte das custas e o mays os autores en que os condeno. Santa Cruz do Curuzyhú e Camusy dose de 8bro. de 1706. Christovão Soares Reymão."

A Pedra Grande, uma colossal rocha localizada em Cerrajón, perto do poço do Faco, que mereceu a atenção do historiador Antonio Herrera em seu livro Notas de Viagem.



A Igreja Matriz de Granja, inaugurada em 1759.

A CHEGADA DE ALEXANDRE PEREIRA DE SOUSA E SEUS COMPANHEIROS. MUDANÇA DO NOME DA POVOAÇÃO PARA MACABOQUEIRA. CRIAÇÃO DA VILA DE GRANJA, DEPOIS CIDADE.

Por volta de 1725 vieram estabelecer-se junto à Aldeia de Santa Cruz do Coreaú os colonizadores brancos Alexandre Pereira de Sousa, Agostinho de Brito Passos e Joaquim de Abreu Valladares, todos provenientes da Bahia. Os dois primeiros eram portugueses e o último natural daquela Capitania.

Alexandre de Sousa houvera estado nesse local antes negociando com os índios da região, tendo seu veleiro ficado atracado no porto do Camocim, que distava dali apenas cerca de meia légua. Como gostou muito do lugar, ao chegar da volta à Bahia este colono convidou a Agostinho de Brito Passos e Joaquim de Abreu Valladares, já acima citados, para virem juntos ali morar, antevendo boas perspectivas de progresso para eles.

Estes aceitaram o convite e então partiram os três rumo à terra onde haveriam de conseguir os objetivos alhures inatingidos, que eram prosperidade e riqueza. Ali chegando, esses povoadores obtiveram permissão do donatário da sesmaria para construirem suas casas, o que foi feito nas proximidades do local onde depois seria edificada a Igreja Matriz de Granja. Todos casaram e tiveram muitos filhos.

Apesar de não terem sido donatários de sesmaria, esses pioneiros conseguiram, através do trabalho árduo e da força de vontade, amealhar recursos consideráveis, tendo cada um constituido valioso patrimônio, consoante se observa de seus inventários ainda hoje arquivados nos cartórios da Granja.

A chegada desses três povoadores brancos à Aldeia de Santa Cruz do Coreaú deu um impulso decisivo ao seu crescimento, que a partir de então passou a ter um movimento comercial maior e mais regular com outros centros da Colônia e tornou-se um povoado com um núcleo de brancos e outro de índios catequizados.

A partir de então muitos sesmeiros portugueses que moravam em suas fazendas localizadas em diversos pontos da região, aos poucos passaram a residir nesse povoado, deixando a administração de suas propriedades entregue a moradores e vaqueiros.

Existiu em Granja até princípios deste século a Da. Firmina Jesuina de Sampaio, descedente em linha direta de Agostinho de Brito Passos, que

dizia haver ouvido várias vezes de sua avó Quitéria de Brito Passos que quando aquele seu antepassado estabeleceu-se no local onde se situa hoje a Granja, havia ali uma pequena aldeia e a missão dos jesuitas na Serra de D. Simão, mais ou menos em 1725.

Este testemunho é de suma importância, pois confirma a existência da Aldeia de Santa Cruz do Coreaú antes da chegada de Alexandre Pereira de Sousa e seus companheiros, anulando a afirmação de alguns estudiosos de que estes são os fundadores da Granja.

É mais consentâneo considerar como fundador da Granja o colono e donatário Vicente Ribeiro, ao redor de cuja casa de fazenda nasceu a primitiva Aldeia de Santa Cruz do Coreaú, núcleo inicial dessa cidade, e cujo filho Francisco Ribeiro de Sousa, seu herdeiro, foi o doador do patrimônio da Igreja Matriz, como já foi mencionado, dentro do qual não só a igreja mas todos os atuais prédios dessa urbe estão construídos.

Depois da vinda do colono Alexandre de Sousa e seus companheiros para o povoado, muitos índios Tabajaras que moravam na Missão da Serra de D. Simão começaram a se mudar aos poucos para esse lugar, onde já vivia um certo número de nativos dessa mesma tribo, como anteriormente narrado.

É desconhecido o motivo dessa migração indígena, mas é cabível supor que tenha sido de ordem econômica, devendo terem-se esgotado os recursos da Serra de D. Simão e redondezas.

Após o estabelecimento dos indígenas da Serra de D. Simão no povoado, os navegantes e povoadores brancos passaram a chamar esse lugar de Macaboqueira, em alusão aos nativos imigrantes, que aqueles brancos consideravam maus caboclos (6). Às vezes este topônimo era grafado Macavoqueira.

É possível que apesar de seu modo de vida muito nômade, os índios Tremembés que vagavam e pescavam pelas redondezas da Macaboqueira com o passar do tempo tenham-se aproximado desse povoado e alguns deles ali passado a morar.

Ao longo do tempo houve muita miscigenação entre os habitantes brancos e indígenas da povoação de Macaboqueira, originando grande parte

(6) Há quem opine que o topônimo Macaboqueira advem da palavra tupi "Macaíba", que designa uma espécie de palmeira, hipótese que não tem apoio na etimologia nem em qualquer outra fonte.

da atual população da Granja, que é de cor parda. Outrossim, entraram nessa mescla étnica alguns escravos negros que foram comprados pelos fazendeiros da região e outros que fugiram do Piauí, quando o Ceará aboliu a escravatura, em 1883, cinco anos antes daquela e das outras províncias do Império.

RESUMO BIOGRÁFICO DOS PRIMEIROS POVOADORES BRANCOS

Por ser de máxima importância para o estudo das origens da Granja, elaboramos um resumo biográfico de cada um dos primeiros povoadores brancos desse município, que consignamos abaixo:

VICENTE RIBEIRO - Não há informações sobre a procedência desse povoador, mas há fortes indicios de que ele era um homem branco. Sua esposa era uma índia Tabajara filha do chefe D. Jacob de Sousa. Recebeu deste sesmeiro nativo como dote a sesmaria dentro da qual se formou a Aldeia que foi o núcleo inicial da atual cidade de Granja. Seu filho, atrás citado, junto com sua esposa foram os doadores do patrimônio da Igreja Matriz de Granja. Ainda vivem descendentes seus, com o sobrenome Ribeiro.

DOMINGOS MACHADO FREIRE - Português. Natural da Provícia do Minho, Portugal. Juntamente com seu irmão Miguel foi o primeiro donatário de sesmaria no município de Granja, sendo as principais a do Jaguaraçuí (atual Campanário) e a que ficava entre o rio Camocim ou Coreaú e o riacho da Tiaia. Não morou no povoado de Santa Cruz do Coreaú, depois denominado Macoboqueira, como têm afirmado equivocadamente alguns pesquisadores, tendo-se fixado na povoação de Pará(atual Parazinho), da qual foi o fundador. Foi ele quem instituiu a antiga capela de N.S. do Livramento naquele lugar, no ano de 1719, segundo assentamentos eclesiásticos. Não há elementos que confirmem ter sido ele um dos lendários náufragos de que fala a tradição oral da região, os quais teriam construído a dita capela em pagamento de uma promessa que haviam feito para ser salvos de um naufrágio no mar, nas proximidades de Jeriquaquara. Este colono faleceu a 15 de março de 1754 e foi tio de Jerônimo Machado Freire, o qual

Biblioteca Pública G [illegible] Central
Setor do Ceará

herdou seu imenso patrimônio e foi o doador da faixa de terra que pertence hoje a N.S. do Livramento do Parazinho. Morreu solteiro mas esse seu citado sobrinho e herdeiro deixou uma extensa prole, cujos descedentes ainda hoje moram naquela distrito.

ALEXANDRE PEREIRA DE SOUSA - Português. Natural de Santo Amaro, Braga, Portugal. Casou-se com Antônia Ribeiro, filha do sesmeiro Vicente Ribeiro. Trabalhou inicialmente como capataz da fazenda Tiaia, pertencente à Missão da Ibiapaba. Foi um dos primeiros habitantes brancos do povoado de Macaboqueira. Faleceu no ano de 1776 deixando uma grande descendência, mas não existem estudos genealógicos que identifiquem seus atuais descendentes, que certamente são inúmeros.

AGOSTINHO DE BRITO PASSOS - Português. Natural de Santa Eulália dos Passos, Porto, Portugal. Casou-se com Joana Pereira de Sousa, irmã de Alexandre Pereira de Sousa. Foi também um dos primeiros brancos a morar no arraial de Macaboqueira, tendo deixado muitos filhos. Descendem dele os Brito Passos e Saldanha do município.

JOAQUIM DE ABREU VALLADARES - Brasileiro. Natural da Bahia. Casou-se com Eugênia Rodrigues Magalhães e como fizeram seus mencionados companheiros vindos da Bahia, fixou residência no primitivo povoado de Macaboqueira. Seguramente hoje vivem no municipio muitos descendentes seus, mas com outros sobrenomes.

PEDRO DA ROCHA FRANCO - Português. Natural do lugar Duas Igrejas, Tejo, Portugal. Casou-se com Vitória Rodrigues Câmara, uma moça criada pelo padre jesuita Ascenso Gago e segundo aquele religioso, sua sobrinha. Todavia, a tradição oral da região assevera que essa jovem era filha do referido jesuita com uma índia Tabajara, mas não existem assentamentos válidos que confirmem esta última versão. O casamento deste povoador realizou-se por volta de 1714 na Capela de Santo Antônio fundada por ele mesmo em seu sítio Ibuaçu, que atualmente é um povoado com a grafia Iboaçu, onde se estabeleceu com sua família. Descendem dele os atuais Rocha de Granja, Uruóca e Camocim.

CAPÍTULO III

- A FORMAÇÃO ECLESTÁSTICA
- A FORMAÇÃO JUDICIÁRIA
- PESSOA ANTA E A REPÚBLICA DO EQUADOR
- A FORMAÇÃO POLÍTICA E SUA EVOLUÇÃO
- A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

A FORMAÇÃO ECLESIÁSTICA

Por provisão do Bispo de Olinda D. Francisco Xavier Aranha, datada de 30 de agosto de 1757, o antigo Curato da Ribeira do Acaracu(Acaraú) com sede no povoado de Caiçara, atual Sobral, foi desmembrado em quatro freguesias, sendo uma delas a da Ribeira do Coreaú, com sede no povoado de Macaboqueira.

Não havendo ainda uma igreja na povoação de Macaboqueira, os atos religiosos dessa Freguesia ficaram sendo realizados provisoriamente na Capela de Santo Antonio de Pádua no povoado de Olho d'água, que hoje se chama Araquém e pertence ao município de Coreaú.

Dois anos depois da criação da Freguesia, no dia 8 de setembro de 1759 foi inaugurada a Igreja Matriz da Macaboqueira, sob orago de São José, tendo como seu instituidor e primeiro vigário o Pe. Luis Fernandes Carvalho e no dia seguinte deu-se a instalação da Irmandade do Santíssimo Sacramento.

O ato de inauguração foi assinado pelos seguintes colaboradores da obra:

- Joaquim José Borges Filho
- José Antonio Borges de Pinho
- Francisco José dos Santos
- Gonçalo Martins Ferreira
- Joaquim de Abreu Valladares
- Joaquim Marques Viana
- José Antonio de Bessa
- Domingos da Costa Câmara
- Francisco Rodrigues Moreira
- Manuel Alves Palhares
- Antonio da Rocha Franco
- Simão Rodrigues Maia
- Manuel de Carvalho Mota
- Simão Rodrigues Júnior
- José Pereira de Sousa
- Manuel de Lima Moreira
- Agostinho de Brito Passos
- João Ribeiro de Morais
- Francisco Conçalves Lira
- Francisco de Carvalho Mota
- João Ferreira de Sousa
- Pascoal de Arruda Baracho
- Francisco D. da Silveira.

O vicariato de Luís Fernandes de Carvalho, primeiro vigário da Macaboqueira, como atrás referido, durou de 1758 a 1774 e os sacerdotes que o sucederam neste cargo foram:

	Período
- Luis Pereira Viana	1776 a 1791
- José Sancho Lelou	1792 a 1806
- Antonio José Horonato de Barros	1806 a 1829
- David Machado Portela	1830 a 1835
- Francisco Antonio de Melo	1836 a 1839
- João Barbosa Cordeiro	1842 a 1850
- Antonio Teixeira Galvão	1850 a 1897
- Leandro Teixeira Pequeno	1897 a 1904
- Vicente Martins da Costa	1905 a 1935
- João França Melo	1936
- Manoel Vitorino de Oliveira	1937 a 1963
- José Prado Ponte	1963 a 1964
- Benedito Francisco de Alburquerque	1964 a 1970
- Benedito Genésio Ferreira	1970 a 1971
- José Maria de Vasconcelos	1971 -

A 10 de novembro de 1915 foi criada a Diocese de Sobral, à qual a Freguesia de Granja ficou pertencendo, tendo posteriomente a denominação de freguesia sido substituida pela de paróquia.

A Paróquia de Granja ficou fazendo parte da Diocese de Sobral até 22 de agosto de 1971, quando ela passou a pertencer à Diocese de Tianguá, criada naquela data.

A FORMAÇÃO JUDICIÁRIA

No periodo de 1776 a 1842, isto é, da criação da Vila de Granja à sua elevação a sede de comarca, presidiram ali audiência onze ouvidores gerais, que foram:

- Dr. José da Costa Dias e Barros. Deu duas audiências, uma em 14 de outubro de 1779 e outra em 29 de junho de 1781.

- Dr. Manoel de Magalhães Pinto Avellar Barbedo. Realizou três audiências, sendo a primeira em 8 de fevereiro de 1790, a segunda em 27 de maio de 1791 e a terceira em 2 de janeiro de 1792.

- Dr. José Victoriano da Silveira. Presidiu três audiências, sendo a primeira em 29 de junho de 1793, a segunda em 20 de junho de 1795 e a terceira em 15 de janeiro de 1801.

- Dr. Gregório José da Silva. Deu audiência em 17 da março de 1803.

- Dr. Luis Manoel Moura Cabral. Realizou duas audiências, uma em 21 de julho de 1804 e outra em 28 de julho de 1805.

- Dr. Francisco Affonso Ferreira. Deu audiência em 27 de junho de 1809.

- Dr. Antônio Manoel Galvão. Presidiu audiência em 15 de junho de 1811.

- Dr. José da Cruz Ferreira. Realizou audiência em 5 de junho de 1814.

- Dr. José Antonio Rodrigues de Carvalho. Deu audiência em 9 de outubro de 1815.

- Dr. Manoel José de Albuquerque. Presidiu duas audiência, uma em 13 de março de 1819 e outra em 23 de julho de 1819.

- Dr. Joaquim Marcelino de Brito. Deu audiência em 5 de janeiro de 1824.

Pela Lei nº 179, de 15 de setembro de 1839, sancionada pelo presidente da Província João Antonio de Miranda, foi criado o primeiro conselho de jurados, composto de jurados dos termos de Granja e de Viçosa. Com essa lei, os processos pertencentes aos dois termos eram levados ao Juiz de Paz da Vila de Granja para serem apresentados ao juri, cujas sessões eram assistidas pelo Promotor.

Em 23 de novembro de 1842 o presidente da Província José Joaquim Coelho sancionou a Lei nº 257 criando a comarca da Vila de Granja, fazendo

um só termo com a Vila de Viçosa, tendo sido seu primeiro juiz o Dr. Antonio Pinto da Silveira Valle.

Os municípios de Camocim e Coreaú, assim como Viçosa, que já foram termos da comarca de Granja, posteriomente passaram a sede de comarca.

Atualmente Granja é Comarca de Terceira Entrância, de acordo com a lei nº 213 de 9 de junho de 1948, e tem como termo o município de Martinópole.

PESSOA ANTA E A REPÚBLICA DO EQUADOR

Em 1824 surgiu nas províncias do Nordeste do País um movimento revolucionário separatista que ficou conhecido como República do Equador.

Na Vila de Granja várias foram as pessoas que aderiram a essa rebelião, que tinha por finalidade implantar no Nordeste um Estado independente sob um regime liberal e republicano.

Assim como aconteceu nos principais centro do Nordeste, na Vila de Granja a República do Equador chegou a ser também proclamada, sendo seus adeptos nesse lugar as seguintes figuras: João de Andrade Pessoa Anta, Manoel Joaquim da Paz, Padre José da Costa Barros, Frei Alexandre da Purificação, Francisco Rodrigues Chaves, João Porfírio da Mota, Plácido Fontenelle, Inácio José Rodrigues Pessoa, Elias Ferreira de Abreu, José Raimundo Pessoa, Inácio João de Barcelos, Joaquim de Andrade Pessoa, Joaquim da Costa Sampio, José Eusébio de Carvalho, Antonio Inácio de Almeida Bravo, Antonio Zeferino Mota, Francisco de Paula Ferreira Chaves, João Caetano de Brito, Manoel Gregório de Almeida Fortuna, José Tibúrcio de Almeida Fortuna, Joaquim Inácio Pessoa, André Bernardino Chaves e Manoel Inácio Pessoa.

Fracassada a República, todos os republicanos de Granja se refugiaram mas Pessoa Anta, por ser o líder desse movimento nessa vila, foi o mais perseguido.

Fugindo das tropas legalistas, esse heróico granjense escondeu-se por vários dias nas matas, onde recebia da família o alimento necessário para sobreviver, o qual lhe era levado por um escravo seu de nome Cobra.

Traindo seu dono, esse escravo revelou a uma tropa de Viçosa, que estava no encalço de Pessoa Anta, onde ficava o esconderijo deste republicano, que era uma gruta perto de um pequeno curso d'água, o qual passou a se chamar Riacho da Traição.

Depois de preso, Pessoa Anta foi escoltado para Sobral e depois para Fortaleza, sendo alí fuzilado a 30 de abril de 1825, juntamente com o Padre Mororó. A execução se deu na antiga Praça dos Mártires, que é o atual Passeio Público.

Os demais adeptos da República do Equador da Vila de Granja conseguiram ficar ocultos até que foram finalmente anistiados em 1826.

A FORMAÇÃO POLÍTICA E SUA EVOLUÇÃO

Por Alvará de 27 de junho de 1776 o povoado de Macaboqueira foi elevado à categoria de Vila com o nome de Granja e a 3 de novembro de 1854 essa vila passou a ser cidade, de acordo com a Lei provincial nº 692, conservando o mesmo nome.

O nome Granja foi dado a essa vila, depois cidade, em homenagem à Freguesia de São Brás da Granja, do Conselho de Mourão, Distrito de Évora. à margem esquerda do rio Guadelim, em Portugal.

As gerações da Vila de Granja que sucederam o revolucionário João de Andrade Pessoa Anta e seus companheiros, inspiradas em seus ideais e em suas atuações logo demonstraram grande interesse pela vida política, na qual vários granjenses ingressaram.

Assim, no século passado a Vila de Granja, depois cidade, foi palco de agitadas e acirradas disputas políticas entre membros do Partido Liberal, liderado por Inácio Fortuna e adeptos do Partido Conservador, cujos próceres foram José Romão da Mota, Zeferino Gil Peres da Mota, Salustiano Moreira e outros.

Como consequência dessa evolução política e gosto pela vida pública, desde meados do século passado muitos filhos da Granja se destacaram e alcançaram posições elevadas no cenário político estadual e nacional, dos quais citamos abaixo alguns nomes, com os períodos dos respectivos mandatos:

Biblioteca Pública G [illegible] Fernandes
Setor do Ceará

- Francisco de Paula Pessoa. Foi Senador no tempo do Império no período 1848/1864.

- Salustiano Moreira da Costa Marinho. Foi Deputado da Província nos período 1874/1877 e 1888/1889, ainda no Império, e Senador Estadual no ano de 1892, na República.

- Valdemiro Moreira. Foi Deputado Provincial no período 1886/1889, ainda na Monarquia, e na República foi Deputado Estadual no período 1901/1904 e Deputado Federal no período 1905/1914.

- Antônio Frederico de Carvalho Mota. Foi Deputado Estadual no período 1901/1904 e eleito Vice-Presidente do Estado em 1908, tendo assumido a Presidência em 1912 com a deposição de Nogueira Acióli.

- Zeferino Gil da Mota. Foi Deputado Provincial no período 1864/1869.

- Inácio de Almeida Fortuna. Foi Deputado Provincial no período 1868/1869.

- Olavo Oliveira. Foi Deputado Federal no período 1934/1938 e Senador de 1945 a 1953.

- Antonio Carvalho Rocha. Foi Deputado Estadual duas vezes, sendo o primeiro mandato no período 1935/1937 e o segundo de 1947 a 1954.

- Guilherme Teles Gouveia. Foi Deputado Estadual de 1951 a 1970.

- Francisco Delmiro Oliveira. Foi Deputado Federal de 1967 a 1971.

- Esmerino Arruda. Foi Deputado Federal de 1954 a 1966.

- Vicente Arruda. Foi eleito Deputado Federal em 1994 para o mandato 1995/1998.

Depois da Proclamação da República a 15 de novembro de 1889, o quadro político-partidário do País sofreu profundas transformações, sendo então extintos os partidos Liberal e Conservador do período monárquico.

No Ceará, a liderança da nova ordem coube ao Centro Republicano, constituído desde julho de 1889 em Fortaleza por antigos abolicionistas e por integrantes do extinto Partido Liberal.

Ficou então o Centro Republicano dominando a política do Estado, pois estavam os monarquistas relegados ao ostracismo. Todavia, pouco tempo depois uma facção divergente fundou a União Republicana, em 19 de julho de 1890, e explicou suas razões num manifesto ao povo cearense, subscrito por Antonio Pinto Nogueira Acióli, Barão de Aquirás, Manuel Ambrosio da S.T. Portugal e outros.

Dessas duas correntes divergentes foram fundados algum tempo depois o Partido Republicano Democrata, tendo como base a maioria dos integrantes do "Centro", que eram republicanos "históricos", e o Partido Republicano Conservador, originário da "União", que tinha muitos elementos da extinta Monarquia.

Na Granja, os adeptos do extinto Partido Liberal da era monárquica fundaram em princípios deste século o Partido Republicano Democrata, cujo líder era o Cel. Inácio Fortuna, o qual tinha como companheiro fiel de partido o dinâmico Napoleão Soares Silva.

Em oposição aos Democratas ficaram os 'marretas", do Partido Republicano Conservador, que era composto na sua maior parte por ex-monarquistas. Nessa cidade este grupo político era liderado por Luis Felipe de Oliveira, um auto-didata culto e muito astuto.

Faziam parte também do Partido Republicano Conservador da Granja o Cel. José Elias, o rábula Raimundo Evangelista da Silva (Raimundo Vieira), o coletor Meton Eneas de Vasconcelos, dentre outros.

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

No tempo da Colônia e da Monarquia o poder municipal era exercido pela Câmara, que era um colegiado político composto geralmente de dois Juizes Ordinários e três Vereadores, além dos oficiais deste órgão, que eram o procurador, o tesoureiro e o escrivão.

Os membros da Câmara eram escolhidos entre os "homens bons" da vila e estes por sua vez elegiam um dos Juizes Ordinários para Presidente desse colegiado.

Os demais funcionários municipais eram nomeados pela Câmara, como o juiz de vintena, o almotacé, o depositário, o quadrilheiro, o meirinho e o almoxarife.

Com a Proclamação da República a 15 de novembro de 1889, as Câmaras ainda formadas no período monárquico foram dissolvidas, passando então os municípios a ser regidos provisoriamente por Conselhos de Intendência até o ano de 1892. A partir de então foi criada a figura do Intendente como administrador municipal de acordo com a Constituição aprovada em 1891, o qual era eleito pela Câmara de Vereadores e estes eram eleitos pelo povo.

A denominação de Intendente foi substituida pela de Prefeito pela lei nº 1.190, de 5 de agosto de 1914.

Com a Constituição promulgada a 18 de setembro de 1946 os prefeitos municipais passaram a ser eleitos diretamente pelo povo.

Consignamos abaixo a relação dos administradores municipais de Granja, desde o primeiro intendente até o prefeito atual:

INTENDENTE	Nomeação	Demissão
- Raimundo Barros Teles	23.02.1892	26.05.1896
- João Montezuma de Carvalho	26.05.1896	05.09.1904
- Conrado Ferreira Porto	05.09.1904	01.03.1911
- Felino Laurindo da Silveira	01.03. 1911	15.05.1912
- José Vicente da Silveira	15.02.1912	21.03.1914
- Luis Felipe de Oliveira	21.03.1914	25.05.1914
- Felino Laurindo da Silveira	25.05.1914	17.10.1914

PREFEITOS	Posse / Nomeação	Fim do Mandato
- José Elias da Costa	1914	1919
- Inácio de Almeida Fortuna	1919	1927
- Raimundo Evangelista da Silva (Rdo. Vieira)	1927	1928
- Hugo Porfirio da Mota	1928	1930
- Guilherme Teles Gouveia (Interventor)	1930	1935

Continua

PREFEITOS	Posse / Nomeação	Fim do Mandato
- Francisco Felix Fragoso	1935	1936
- Francisco Gonzaga de Sousa	1936	1945
- Raimundo Guanabara (interventor)	junho 1945	julho 1945
- Raimundo Mauro Xavier Oliveira (Interventor)	julho 1945	dezembro 1945
- Cícero Dias Martins	1945	1947
- Francisco Gonzaga de Sousa	1947	1951
- Antonio Monteiro Carneiro da Cunha	1951	1955
- Francisco Gonzaga de Sousa	1955	1959
- Antonio Gouveia Filho	1959	1963
- Gulherme Gouveia Filho	1963	1967
- Francisco Juarez Cruz de Vasconcelos	1967	1971
- Luis Xavier de Oliveira	1971	1973
- Eliézer Oliveira de Arruda Coelho	1973	1977
- José Garcez Rocha	1977	1982
- Eliézer Oliveira de Arruda Coelho	1983	1988
- Esmerino Oliveira de Arruda Coelho	1989	1992
- Eliézer Oliveira de Arruda Coelho Filho	1993	-

Biblioteca Pública G
Setor do Ceará

CAPÍTULO IV

- A SECA DE 1877/1879 E A COMISSÃO DE SOCORROS
- O RAMAL FERROVIÁRIO CAMOCIM-SOBRAL E A PONTE METÁLICA SOBRE O RIO COREAÚ
- VISITANTES ILUSTRES
- ANÁLISE ETIMOLÓGICA DOS TOPÔNIMOS CAMOCIM E COREAÚ

A SECA DE 1877/1879
E A COMISSÃO DE SOCORROS

Com o fim de minorar os efeitos da terrível seca que assolou impiedosamente o Ceará no ano de 1877 e prolongou-se até 1879, o Presidente da Província, Caetano Estellita Cavalcante Pessoa, resolveu mandar construir em Granja alguns importantes prédios públicos, os quais por serem de construção sólida ainda hoje existem e estão em bom estado de conservação. Esta decisão foi tomada pelo governo por ter sido Granja "o ponto para onde mais afluiram os retirantes", como disse o pe. Vicente Martins, os quais provinham em sua maior parte do sertão central, e as referidas obras gerariam emprego para esses flagelados.

Foi então por determinação do Presidente instalada a Comissão de Socorros Públicos em Granja, que ficou encarregada da supervisão das obras nessa cidade, que foram as seguintes construções: o Mercado Público, a Câmara Municipal, em cujo pavimento térreo funcionava a cadeia local, o Cemitério de São João, as duas torres da Igreja Matriz e o açude da Lagoa Grande.

Em 1879 esta comissão mandou abrir seis arcadas nas partes laterais da Igreja Matriz e mais duas portas na frente, além dos seguintes outros trabalhos de reforma: construção de dois corredores nas partes laterias, construção de tribunas soalhadas e com grades, forramento e soalhamento de todo o prédio, colocação de grades de ferro e vidraças nas janelas do côro, reforma do frontispício inclusive colocação nele de uma cruz de ferro e construção do patamar.

Em princípios de 1880, quando começaram a chegar as primeiras chuvas, encerrando assim o ciclo da terrível seca que se iniciara em 1877, foi dissolvida a Comissão de Socorros Públicos, retornando os trabalhadores para seuas lugares de origem.

O RAMAL FERROVIÁRIO CAMOCIM-SOBRAL E A PONTE METÁLICA SOBRE O RIO COREAÚ.

A construção da estrada de ferro Camocim-Sobral foi uma iniciativa do Governo Imperial e tinha como finalidade precípua socorrer os flagelados da seca que começara em 1877, embora na Corte já houvesse um estudo

para essa construção desde 1857, mas com o traçado Camocim-Ipu.

Essa ferrovia teve sua construção iniciada em 26 de março de 1879 e foi tão importante na atenuação dos efeitos daquela seca quanto a Comissão de Socorros, de iniciativa do governo da Província, pois ela também, e certamente em maior quantidade, deu emprego a muitos sertanejos famintos, tanto granjenses como provenientes de outras regiões da Província.

A Câmara Municipal de Granja, cuja construção foi iniciada em 1877 e concluída em 1878

Biblioteca Pública G
Setor do Ceará

A Ponte Metálica sobre o rio Coreaú, cuja instalação foi concluída em 1881.

A inauguração do primeiro trecho dessa ferrovia, entre Camocim e Granja, numa extensão de 24 quilômetros, ocorreu no dia 15 de janeiro de 1881, dois anos após o início dos trabalhos.

Nesse mesmo dia foram inauguradas também em Granja a estação e a ponte metálica sobre o rio Coreaú.

Essa ponte foi fabricada nas oficinas da Phoenixvville Bridge Works, na Philadelphia, Estado da Pennsylvania, Estadoa Unidos, e adquirida pelo preço de 46.000.000 (quarenta e seis contos de reis). O vão total dessa ponte é de 112 metros formado por dois vãos de 56 metros cada, tendo no meio um pilar de dois metros de grossura. Os encontros das margens são construídos de cantaria com argamassa de cimento e ambos montam sobre rodas.

Infelizmente este ramal ferroviário, tão importante para a região norte do Estado, foi desativado em 1977 pelo governo federal. De seu imenso patrimônio só restou em Granja a estação e a ponte metálica sobre o rio, tendo os trilhos sido arrancados.

VISITANTES ILUSTRES

A cidade de Granja recebeu em épocas distintas três visitas que merecem ser relembradas e guardadas na memória de seus habitantes, que foram:

- O Conde D'Eu ou Gastão de Orleans, genro do Imperador D. pedro II, príncipe consorte, marido da Princesa Isabel e neto do Rei da França Luis Filipe. Este nobre esteve em Granja no dia 31 de julho de 1889, quando a cidade embandeirada o recebeu em meio a ruidosa manifestação de boas-vindas. Sua Alteza o Conde D'Eu compareceu nesse mesmo dia à Câmara Municipal, a qual se reuniu em sua homenagem, tendo ali o Cel. Luis Filipe proferido um elogioso discurso enaltecendo o ilustre visitante e em seguida sendo o seguinte termo assinado por todas as autoridades presentes: Eu Luis Filipe de Oliveira, secretário, o escrevi. Assinado: Gastão de Orleans-Conde D'Eu, José Joaquim Domingos Carneiro-Juiz de Direito, Álvaro Gurgel de Alencar-Juiz Minicipal, Joaquim Antonio da Cruz, Waldemiro Moreira - Deputado Provincial, Alfredo José Custódio da Silveira, Luis

Januário Lamartine Nogueira, Alfredo Almeno Odelio Bacellar, R. de Melo, José Severino Magalhães, Joaquim de Paiva-Promotor Público, Antônio Carvalho de Almeida, Eduardo Porfirio da Mota-Delegado de Polícia, Vicente Coelho-Vice Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Manoel da Rocha Franco, Camillo Francisco de Sousa, Antônio Raulindo de Moura, Antônio Frederico de Carvalho Mota, Raymundo Joaquim de Oliveira, Antonio Pereira Jacinto Cavalcante, João Benício Beviláqua, Joaquim Francisco Garcez dos Santos, Raymundo Furtado Gomes Coutinho, Minguel Arcanjo da Silva Ubatuba.

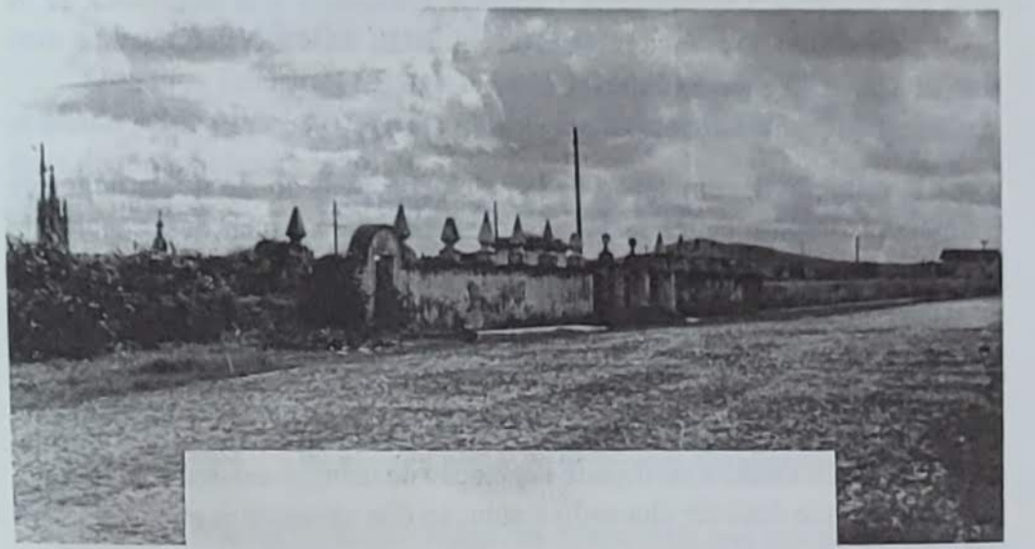
Depois da homenagem na Câmara, esse príncipe consorte ficou em Granja por mais algumas horas, na casa de Antônio Frederico de Carvalho Mota, e em seguida partiu, não tendo portanto pernoitado nessa cidade.

- Cândido Mariano da Silva Rondon, o "Marechal Rondon", esteve em Granja no ano de 1923, não a passeio, mas como chefe de uma Comissão de Fiscalização das Obras do Nordeste. Rondom foi o primeiro grande sertanista deste século e desbravador das regiões ainda inexploradas do Brasil amazônico, tendo pacificado várias tribos indígenas brasileiras e ao contrário dos bandeirantes do passado, foi protetor desses povos.

- Em junho de 1926 visitou a cidade de Granja vindo de Viçosa o neto de Dom Pedro II, o príncipe Pedro de Orleans, acompanhado de sua esposa, Dona Elizabete e de sua filha, a princesinha Isabel. Estes nobres visitantes foram hospedados e pernoitaram no sobrado da família Gouveia e na manhã seguinte tomaram o trem para Sobral.

A Estação Ferroviária de Granja, construída em 1881

O Mercado Público de Granja, construído em 1878



O Cemitério de São João de Granja, construído em 1878

ANÁLISE ETIMOLÓGICA DOS TOPÔNIMOS CAMOCIM E COREAÚ

A primeira denominação dada pelos europeus ao rio que atualmente chama-se Coreaú e banha as cidades de Coreaú e Granja, desaguando no Atlântico ao lado da cidade de Camocim, foi Rio de Arboledos, ou seja, Rio de Arvoredos. Com este nome já aparece no planisfério de Juan de la Cosa (1500), piloto e cartógrafo que é o pioneiro da cartografia do Continente Americano.

Entretanto, esta denominação de Juan de la Cosa, Rio de Arvoredos, que é uma clara alusão à verdejante vegetação de mangue existente na entrada do estuário, que deve ter chamado a atenção dos navegantes europeus, não vingou.

Outrossim, da mesma maneira foi de pouca duração a designação de Rio de Vicente Pinzon. Este nome aparece no mapa do cartógrafo português Diogo Ribeiro, elaborado em 1529 na Espanha.

Tanto a denominação de Rio de Arvoredos como a de Rio de Vicente Pinzon foram logo substituídas pela expressão Rio da Cruz, ou, nos mapas franceses, Rio de Três Braços.

O topônimo Rio da Cruz foi registrado pela primeira vez no vetusto atlas inglês de Eggerton, mapa n°. 2803, de 1510, sob a forma de *R de croce*, e passou a ser consignado desde então em vários mapas quinhentistas. A expressão Três Braços que se vê nos mapas franceses de Descaliers, Le Festu e outros, bem como no português de Vaz Dourado, desapareceu antes do fim do século XVI. A denominação Rio da Cruz, porém, embora então menos frequente, subsistiu na centúria seiscentista, ao lado das designações São Francisco e Camocim.

A designação Rio Camocim aparece pela primeira vez registrada no relatório da viagem de Pero Coelho de Sousa à Serra da Ibiapaba, em 1604, quando este desbravador perlongou o rio rumo à dita serra, com a finalidade de expulsar os franceses que ali haviam se estabelecido.

Em alguns mapas holandeses do século XVII, como os de Henricus Hondius (1636), Johannes Blaue (1649), Johannes van Loon (1654) e Andreas Antonios Hotary (1698), também aparece este topônimo, grafado

R. de Camocipe o S. Francisco, e ainda Camocipe ou Camucipe, ou seja, com a pospositiva locativa do Tupi "pe", significando no Camocim.

Os índios Tabajaras, como já dissemos anteriormente, falavam o idioma chamado pelos jesuitas "língua geral", do grupo etnolinguístico Tupi, e tinham duas denominações para este rio.

Com relação ao estuário e curso médio desse rio aqueles indígenas empregavam a forma original da palavra *Camocim*, que sofreu alteração, e referindo-se à parte superior dessa corrente usavam o vacábulo que atualmente tem a grafia *Coreaú*.

Há três versões sobre a origem do topônimo Camocim que merecem consideração, que são:

- Teodoro Sampaio é de opinião que o termo é uma alteração de *Cambuchi*, que significa *pote*.
- Barbosa Rodrigues e Paulino Nogueira concordam que esta palavra é uma alteração de *Camotim*, com a substituição do "t" pelo "c", que também tem acepção de *pote*.
- Tomas Pompeu Sobrinho sustenta que Camocim advem de *caa*(mato, vegetação) mais *mocim*, alteração de *mocem*(estender, estendido ou aberto), significando portanto mato aberto ou vegetação rala.

Quanto ao topônimo Coreaú, há duas interpretações:

- Tomas Pompeu Sobrinho afirma que esta palavra advem de *curiá.ú*, e diz significar água ou rio dos curiás. Curiá, segundo este autor, designa uma pequena ave, a Ampelio cincta ou Cotinga cerulea, da família dos Formicaróides.
- Paulino Nogueira diz que o topônimo Coreaú é uma alteração de croahú, significando rio ou água do croá, uma espécie de erva espinhenta.

Biblioteca Pública G ...ental
Setor do Ceará

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS:

- Inventário de Alexandre Perira de Sousa arquivado no Cartório de 1º Ofício de Granja.
- Documentos diversos arquivados no Arquivo Público do Ceará.

FONTES SECUNDÁRIAS:

- Noticia Histórico-Corográfica da Comarca de Granja, Vicente Martins, tomos 25, 26 e 29, publicados na Revista do Instituto Histórico do Ceará, respectivamente em1911,1912 e 1915.

- As Oficinas de Carne do Ceará, Geraldo Nobre, 1976.

- História Eclesiástica do Ceará, Geraldo Nobre, 1a. parte, 1980.

- Sesmarias Cearenses, Raimundo Girão, 1970.

- Os Aborígenes do Ceará, Carlos Studart Filho, tomos 76 e 77 da Revista do Instituto do Ceará, respectivamente dos anos 1962 e 1963.

- Datas e Fatos para a História do Ceará, Guilherme Studart, tomo 1, da Revista do Instituto do Ceará ano 1896.

- Pequena História do Ceará, Raimundo Girão, 1971.

- História do Ceará, R. Batista Aragão, 1990.

- A Colonização Portuguesa no Ceará, Vinicius B. Leal, 1993.

- História da Companhia de Jesus no Brasil, Serafim Leite, volume 3, 1943.

- A Marcha do Tempo, A. Batista Fontenele, 1981.

- Granja, Prefeitura de Granja/Guilherme Teles Gouveia, 1974.

- Gronologia Sobralense, F. Sadoc Araújo, vol. 1, 1974.

- História Religiosa da Meruoca, F. Sadoc Araújo, 1979.

- Colonização do Alto e Médio Aracaú, F. Araújo Farias, 1995.

- Evolução Histórica Cearense, Raimundo Girão, 1986.

- História Política do Ceará 1889-1930, Aroldo Mota, 1986.

- Tópônimos Indígenas dos Séculos 16 a 17 na Costa Cearense, Thomas Pompeu Sobrinho, na Revista do Inst. do Ceará, tomo 59, 1945.

- A Fortificação Holandesa do Camocim, André Frota de Oliveira, 1995.

- Raizes Portuguesas do Vale do Aracaú, F. Sadoc Araújo, 1991.

Biblioteca Pública G ...ental
Setor do Ceará